

Cotação

- Dólar: R\$ 5,25
- Euro: R\$ 6,05



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Sexta-feira • 27 de março de 2026

CLIPPING

Efemérides

Hoje	28 de Março
• Dia do Circo	• Dia do Diagramador • Dia do Revisor

Agenda do dia

Hoje	28 de Março
• Sem agenda	• Sem agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • TV Câmara Caraguatatuba •
Jornal Expressão Caiçara • Diário Caiçara • Notícias do Litoral Norte •
Denuncie Aqui • Boca no Trombone • Portal Notícias do Litoral • Radar
Litoral • Tamoios News • O Vale • Rock News • 012 News • Agora Vale
• Jornal Agora Litoral Norte • Portal Notícias do Litoral • Pronto Falei

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
Estado de São Paulo.....	10
Estado de São Paulo.....	11
 Confira o que está rolando nos bastidores das cidades nesta edição 1684 	12
Cotidiano.....	13
Caraguatatuba multa Sabesp por falhas na recomposição de ruas após obras.....	13
PAT DE CARAGUATATUBA TEM MAIS DE 230 VAGAS DE EMPREGO ATÉ ESTA SEXTA-FEIRA.....	14
Prefeitura de Caraguatatuba impede tentativa de invasão de área pública no Jardim Itaúna.....	15
Serramar Shopping promove arrecadação de caixas de bombom em ação solidária de Páscoa.....	16
CCZ de Caraguatatuba promove feira de adoção de cães e gatos neste sábado.....	17
 Voo livre entra em pauta após denúncias em Caraguatatuba.....	18
Mais de 100 presos não retornam após a saidinha no Vale.....	19
Litoral Norte: 10 praias são consideradas impróprias para banho, aponta Cetesb.....	20
Dia D de vacinação contra influenza mobiliza unidades de saúde neste sábado em Caraguatatuba.....	21
Santuário Diocesano de Santo Antônio divulga programação da Semana Santa em Caraguatatuba.....	22
Esporte e Turismo.....	23
Caraguá Run movimentou cidade neste domingo (29) e reforça benefícios da corrida para saúde e bem-estar.....	23
 Caraguatatuba recebe Copa Caiçara de Jiu-Jitsu com disputas abertas neste domingo (29).....	24
Navegar Experience retorna com esportes náuticos, música e experiências à beira-mar..	25
Camaroeiro recebe fim de semana com food trucks, música e atrações culturais em Caraguatatuba.....	26
Cultura.....	27
AGENDA CULTURAL DA SEMANA: 26 A 29 DE MARÇO.....	27
Geral.....	28
 Começo de semana violento em Caraguatatuba.....	28
Uma pessoa morreu após ser baleada durante a madrugada desta sexta-feira (27), no bairro Getuba, em Caraguatatuba.....	29
Reportagem de Hoje.....	30
Reportagem com Flávia Teles, apoio pedagógico da secretaria de educação.....	30
Reportagem Passada.....	31
Reportagem com a empresária, Priscilia Queiroz, para TV Câmara.....	31

Clipping Eletrônico.....	32
Reportagem na TV Câmara.....	32

Política

Folha de São Paulo



Os ministros Dino, Mendonça, Moraes, Toffoli e Gilmar durante sessão do STF. Antonio Augusto/Divulgação STF

Decisão sobre penduricalhos gera protestos e tentativa de carona em benefício recriado

Justiça do Trabalho tem série de audiências suspensas; entidade que reúne categorias do funcionalismo público pede extensão de adicional

VIDA PÚBLICA

BRASÍLIA E SÃO PAULO O dia seguinte à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que fixou novas regras para penduricalhos teve protestos de representantes das categorias impactadas e ainda outros servidores tentando pegar carona para ganhar um benefício recriado pela corte.

Em São Paulo, houve relatos de uma série de audiências canceladas repentinamente na Justiça do Trabalho. Associações de magistrados não confirmaram se o movimento foi uma mobilização em reação ao julgamento no Supremo. A corregedoria desse braço da Justiça cobrou explicações.

A decisão do STF, tomada em julgamento na quarta-feira (25), vale para o Judiciário e o Ministério Público. Os ministros estabeleceram regras em que, na prática, possibilitam que integrantes das duas categorias ganhem acima do teto constitucional (R\$ 46,3 mil).

Alguns tipos de penduricalhos foram proibidos, enquanto outros, autorizados, não poderão ultrapassar 35% do valor do salário do servidor. Além disso, o tribunal liberou o pagamento de um outro adicional, por tempo de serviço, chamado de "parcela de valorização do tempo de antiguidade na carreira". Esse benefício, extinto fazia 20 anos, será também de até 35% do teto.

De acordo com o presidente da corte, ministro Edson Fachin, os pagamentos mensais médios antes eram R\$ 95 mil e agora o máximo será R\$ 78,8 mil, aplicável só para quem receber o teto. O STF estima economia de R\$ 7,3 bilhões aos cofres públicos.

A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) criticou o desfecho do caso. Em nota divulgada nesta quinta-feira, a associação cita "profunda discordância e preocupação com o julgamento". "Não se trata apenas da defini-

ção de parâmetros futuros. A decisão altera, com efeitos imediatos, o regime remuneratório incidente sobre toda a magistratura", diz.

A entidade afirma que a magistratura já enfrenta defasagem remuneratória relevante, superior a 50%, e uma elevada carga de trabalho, com aumento da complexidade das demandas e criação de novos deveres funcionais.

A entidade destaca a licença compensatória, proibida pelo STF. A AMB afirma que o benefício foi concebido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) como mecanismo de compensação por atividades extraordinárias.

Outra entidade que representa carreiras públicas, o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado), afirma que vai pedir a extensão do adicional por tempo de serviço que foi recriado pelo Supremo.

O presidente do fórum, Rudinei Marques, afirmou que a extensão da verba para outras categorias foi levada ao governo Lula (PT) já nesta quinta-feira.

O Fonacate reúne associações de servidores como diplomatas, delegados da PF e funcionários do Legislativo. O presidente da entidade disse que a decisão do STF cria um "tratamento diferenciado" entre as carreiras. "Não faz qualquer sentido um grupo que já tem os maiores salários receber o adicional e o restante não", disse.

Nesta quinta, advogados relataram em São Paulo a remarcação de audiências na Justiça do Trabalho. Circularam no meio jurídico registros de cartazes nas portas das varas ou fóruns comunicando adiamentos sem explicação.

A Folha visitou o Fórum Regional Trabalhista Ruy Barbosa, localizado na Barra Funda, zona oeste de São Paulo, e ouviu advogados e servidores. Segundo os defensores, as notificações sobre adiamentos aconteceram a partir

da noite de quarta. Também foi relatado que o movimento nesta quinta estava abaixo do normal.

"Ninguém tem informação do motivo pelo qual estão fechando, mas a gente está recebendo relatos de que vários lugares com redesignações sendo feitas na hora que o advogado chega", afirmou Roberto dos Reis da Silva, 42, advogada trabalhista.

No fim da tarde, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho intimou os Corregedores Regionais de todos os estados para que informem até esta sexta (27) em quais varas "houve a retirada injustificada de processos da pauta", acrescentando que, nesses casos, deverão ser informados os nomes dos respectivos juizes.

"Alguns magistrados de primeiro grau promoveram a retirada, de forma injustificada e repentina, dos processos incluídos na pauta de audiências na data de hoje, em flagrante prejuízo aos jurisdicionados", afirmou o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, José Roberto Freire de Pimenta.

Na tarde desta quinta, a corregedoria do TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região), desembargadora Sueli Tomé da Ponte, por sua vez, emitiu um ofício afirmando que notícias de adiamentos de audiências chegaram ao conhecimento do órgão e pediu "prudência e serenidade".

A OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo) confirmou ter recebido relatos de um número incomum de cancelamentos de audiências e disse que vai apurar. O presidente da instituição, Leonardo Sica, disse não acreditar que "juizes retardem a prestação do serviço jurisdicional por conta de reivindicações salariais" e que, "se isso estiver acontecendo, seria algo gravíssimo". Isadora Albernaz, Richard Henrique, João Pedro Abdo, Arthur Guimarães e Renata Galf

Folha de São Paulo

Lula cobra pressa para reagir a Flávio após alta de senador em pesquisas

Presidente demonstra frustração com indicadores, e deputados petistas questionam trabalho da sigla e do governo; filho de Bolsonaro encontra resistência no Republicanos

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) cobrou de aliados pressa na estruturação da pré-campanha presidencial em reunião no Palácio da Alvorada na segunda-feira (23).

A instrução vem no momento em que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), principal adversário do petista, ganha terreno nas pesquisas de intenção de voto e empatia tecnicamente com o mandatário.

Ainda segundo relatos, o presidente deu sinais de frustração com os resultados dos levantamentos eleitorais e com a dificuldade de conversão das ações do governo em votos. Ele reclama da falta de energia para reagir à ofensiva bolsonarista.

Nos dias seguintes ao encontro, a cúpula petista instruiu deputados do partido a acirrar o embate político com a oposição, focando especialmente no caso Banco Master. A orientação é para aumentar a repercussão das declarações de Lula sobre o tema e colar o escândalo de fraude financeira no bolsonarismo.

Lula tem recebido regularmente o núcleo de sua pré-campanha para debate de conjuntura e definição de estratégia eleitoral.

Na segunda-feira, quando o petista cobrou aliados em tom de preocupação, estavam presentes alguns dos principais nomes da coordenação, como o presidente do PT, Edinho Silva, que será o coordenador geral, o ex-presidente da Petrobras Sérgio Gabrielli, que coordenará a elaboração do programa de governo, e o ex-prefeito de Diadema (SP) José de Filippi Jr., que será o tesoureiro.

Entre auxiliares do presidente, a avaliação é a de que o cam-



O presidente Lula (PT) em cerimônia em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Eduardo Anizelli/Folhapress

po adversário avançou na montagem dessa estrutura da pré-campanha. No dia seguinte à reunião no Alvorada, Edinho Silva transmitiu a recomendação do presidente a deputados petistas.

Durante almoço com a executiva bancada do PT na Câmara dos Deputados, o presidente da legenda informou que o PL já havia constituído um robusto corpo jurídico e uma assessoria de comunicação. Enfatizando a importância da próxima eleição, defendeu também a necessidade de adesão a jantares de arrecadação, como um programado para abril.

Ele lembrou ainda que, diferentemente do PT, o PL não repassa fundo partidário para diretores, o que permite maior reserva de recursos para a campanha.

No encontro, instruiu que os deputados reproduzissem mais

o discurso de Lula e buscassem maior alinhamento à comunicação do governo. Foi mencionado como exemplo a associação do caso Master à gestão de Roberto Campos Neto à frente do Banco Central, ainda no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Outra recomendação é para vinculação do aumento de combustíveis à guerra iniciada pelos Estados Unidos. A estratégia é lembrar que o presidente americano, Donald Trump, é apoiado pelos bolsonaristas, enquanto Lula prega a paz.

Além disso, a ideia é questionar por que governadores apoiados por Bolsonaro não aderiram à proposta do governo federal para que abram mão da receita do ICMS sobre combustíveis, o que reduziria o preço ao consumidor.

Ainda segundo relatos dos par-

ticipantes, os deputados sugeriram que o governo também faça sua parte, adotando medidas de estímulo à economia popular e liberação de recursos para programas de interesse social.

Ao comentar a falta de estruturação da pré-campanha petista descrita por Edinho, deputados chegaram a lembrar que hoje têm a máquina governista e seria alarmante supor que o adversário estaria mais bem organizado.

Apoio do centrão

No lado bolsonarista, Flávio se reuniu pela primeira vez, há 15 dias, com o presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira, em busca de apoio para a candidatura presidencial. A conversa, no entanto, não foi positiva.

Há arestas entre a legenda e o PL e a tendência hoje é que a sigla fique neutra na eleição, sem declarar apoio a nenhum candidato no primeiro turno.

Segundo integrantes do Republicanos ouvidos pela Folha sob reserva, não houve clima nem sequer para discutir a entrada formal do partido no palanque do pré-candidato ao Palácio do Planalto. O deputado e o senador nunca foram próximos.

O encontro ocorreu após Pereira se queixar publicamente de que não tinha sido procurado por Flávio desde que Bolsonaro o escolheu como pré-candidato, em dezembro. Além disso, reclamou da tentativa do PL de filiar o governador de São Paulo, Tarcsio de Freitas (Republicanos), e de não ouvir o Republicanos na composição das chapas, como a do Rio de Janeiro.

Pereira ainda recebeu um convite do presidente do PT, Edinho Silva, para uma conversa, e ambos devem se encontrar logo após o fim da janela partidária, que termina em 4 de abril. Segue improvável uma coligação entre os dois partidos, mas a neutralidade ajuda Lula a enfraquecer a candidatura do congressista.

Cátia Seabra, Caio Spechto, Augusto Tenório, Raphael Di Cunto e Laura Scofield

Petista ironiza gastos com cães na China

O presidente Lula (PT) disse nesta quinta-feira (26) que brasileiros gastam muito com cachorros e que na China "não deve ter esse problema".

Cães ainda são consumidos como alimentos em algumas regiões da China.

O presidente falava sobre o endividamento das famílias. "Na China não deve ter esse problema, mas aqui no Brasil nós gostamos muito de cachorro", disse.

Folha de São Paulo



A ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) em sessão do Congresso Nacional, em Brasília. Evaristo Sá - 18.out.23/APP

Justiça italiana aceita pedido do Brasil para extraditar ex-deputada Carla Zambelli

Defesa tem 15 dias para recorrer de decisão; palavra final sobre envio de condenada para cumprir pena no país será do governo Meloni

Michele Oliveira

MILÃO A Justiça italiana decidiu que a ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP) pode ser extraditada para o Brasil para cumprir pena de prisão por duas condenações, conforme pede a Justiça brasileira. A decisão da Corte de Apelação de Roma foi comunicada nesta quinta-feira (26).

A defesa tem 15 dias para recorrer à Corte de Cassação, última instância do Judiciário italiano. Zambelli continuará presa no complexo de Rebibbia, em Roma, durante a tramitação do caso e não será enviada agora para o Brasil. A ex-deputada se diz vítima de perseguição política.

Depois que o recurso for apresentado pela defesa, a expectativa

é que a Corte de Cassação decida até junho. Em seguida, o caso vai para o governo italiano, por meio do Ministério da Justiça, que terá 45 dias para dar a palavra final. Se o ministro confirmar a extradição, Zambelli será enviada ao Brasil em cerca de 20 dias.

Na decisão desta quinta, os juízes rejeitam os argumentos da defesa contra a extradição e afirmam que o pedido do Brasil preenche todas as condições de admissibilidade estabelecidas no tratado entre os dois países sobre o tema e nas disposições do código de processo penal italiano.

"As objeções da defesa quanto às garantias de um julgamento justo [pelo STF] são infundadas; [...] A alegada parcialidade do juiz relator não é sustentada

por elementos objetivos e verificáveis suficientes", diz o documento, em referência ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). O colegiado que escreveu a sentença de 35 páginas é composto pelos magistrados Flavio Monteleone, Aldo Morgini e Fabrizio Suriano.

Um dos principais argumentos da defesa foi que o processo de Zambelli no Brasil tinha "anomalias", como o fato de "a vítima do suposto crime ser a mesma pessoa que fez a sentença, que decidiu pela execução da sentença e que decidiu a apelação", em referência a Moraes. As condições carcerárias no Brasil também foram apontadas como fator de risco para Zambelli.

Outro ponto contestado pelos defensores foi em relação às con-

Entenda a decisão de extradição de Zambelli

Por que Zambelli fugiu para a Itália?

Em maio de 2025, a ex-parlamentar do PL foi condenada pelo STF a dez anos de prisão por invasão ao sistema do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e emissão de um mandado de prisão falso contra o ministro Alexandre de Moraes. Zambelli fugiu para a Itália no começo de junho do mesmo ano. Por ter dupla cidadania, ela chegou a afirmar que seria "intocável" no país europeu.

Quais foram os argumentos da defesa?

A defesa afirmou que o processo no Brasil tinha "anomalias", como o fato de "a vítima do suposto crime ser a mesma pessoa que fez a sentença, que decidiu pela execução da sentença e que decidiu a apelação", em referência a Moraes. As condições carcerárias no Brasil também foram apontadas como fator de risco para Zambelli.

O que alegaram os juízes italianos?

A decisão da Corte de Apelação de Roma diz que o pedido do Brasil preenche as condições de admissibilidade estabelecidas no tratado entre os dois países sobre o tema e nas disposições do código de processo penal italiano. Também afasta a hipótese da parcialidade de Moraes, o juiz relator: "Não é sustentada por elementos objetivos e verificáveis suficientes".

dições carcerárias da Colmeia, presídio de segurança média do Distrito Federal indicado por Moraes para receber a ex-deputada.

Os juízes também rejeitaram esse argumento, dizendo que o material apresentado pelos advogados "não atinge o limiar probatório exigido para configurar uma causa impeditiva à entrega".

A questão da dupla cidadania da ex-deputada foi avaliada pela corte, mas também não foi considerada um obstáculo para a extradição. A Itália, ao contrário do Brasil, permite a extradição de seus próprios cidadãos.

"É uma decisão muito aprofundada, atenta a todas as questões que a senhora Zambelli apresentou. [Os juízes] Não se omitiram sobre nada, mas afirmaram, como sustentamos, que todas as objeções eram infundadas", disse à Folha Alessandro Gentilini, advogado italiano que representa o Brasil no caso, por meio da AGU (Advocacia-Geral da União).

O pedido de extradição feito pela Justiça brasileira se refere a duas condenações. Em maio de 2025, a ex-deputada foi condenada a dez anos de prisão pela invasão do sistema do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a emissão de um mandado falso de prisão contra Alexandre de Moraes.

No início de junho, Zambelli fugiu do país. Passou por Argentina, Estados Unidos e chegou à Itália. A ex-parlamentar, que tem dupla cidadania, disse que no país europeu seria "intocável". Depois de dois meses fora, foi detida na periferia de Roma no fim de julho.

Quando já estava na Itália, ela foi condenada a outros cinco anos por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal. O episódio ocorreu na véspera do segundo turno de 2022, quando Zambelli sacou e apontou uma arma para um homem em São Paulo.

O tratado sobre o tema assinado pelos dois países nos anos 1990 estipula que só pode ser extraditada uma pessoa condenada que tenha tido os direitos mínimos de defesa assegurados e na ausência de motivos para supor que, depois de extraditada, ela venha a ser submetida a pena ou tratamento que violem direitos fundamentais.

Folha de São Paulo

Justiça anula eleição de Douglas Ruas à presidência da Assembleia do RJ

Deputado do PL havia sido escolhido em sessão esvaziada e sob protestos; decisão menciona desvio de finalidade e falta de retotalização de votos ordenada pelo TSE

Alécia Sousa e Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) suspendeu nesta quinta-feira (26) a eleição do deputado Douglas Ruas (PL) à presidência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ao apontar indícios de desvio de finalidade e descumprimento de decisão da Justiça Eleitoral.

A decisão liminar é da presidente em exercício do tribunal, desembargadora Suelly Lopes Magalhães, e atende a um mandado de segurança apresentado por partidos de oposição. A magistrada determinou a suspensão imediata da sessão e de todos os atos subsequentes à eleição.

Como a eleição já havia sido concluída, a decisão estabelece a suspensão da eficácia da votação, mantendo no comando da Assembleia do Rio o presidente interino Guilherme Delaroli (PL).

Douglas Ruas afirmou que cumprirá a decisão judicial e defendeu a realização de uma nova eleição. "Vamos discutir essa questão com calma e transparência. E, no momento oportuno, certamente a Assembleia realizará novamente essa eleição", disse.

O deputado também afirmou que a votação representou uma demonstração de força política, ao reunir apoio de deputados em torno da candidatura.

Mais cedo nesta quinta, Ruas havia sido eleito com 45 votos, sem abstenções. Dos 69 deputados aptos, 24 não participaram da votação. A sessão foi marcada por contestações da oposição, com gritos de "golpista" no plenário.

A decisão ocorre após uma ofensiva da oposição para barrar a eleição. Legendas contrárias ao pleito ingressaram com mandado de segurança, alegando que a votação foi realizada sem a retotalização dos votos das eleições de 2022, marcada pelo TRE RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro) para a próxima terça-feira (31). As siglas também apontaram descumprimento de regras regimentais da Casa.



O deputado estadual Douglas Ruas (PL-RJ) em reunião no Rio. Reprodução - 19.fev.24/Douglas Ruas no Facebook

Paes critica decisão e pede 'Diretas Já'

O ex-prefeito do Rio de Janeiro e pré-candidato a governador, Eduardo Paes (PSD), criticou nesta quinta-feira (26) a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que determinou a realização de eleições indiretas para um mandato-tampão no estado.

"DIRETAS JÁ!!!! A população deveria ter o direito de escolher", afirmou o ex-prefeito nas redes sociais.

Na decisão, a magistrada afirma que o Legislativo fluminense inverteu a ordem lógica determinada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ao cassar o mandato do então presidente afastado, Rodrigo Bacellar (União Brasil).

Segundo a corte eleitoral, além da perda do mandato, deveria haver a retotalização dos votos das eleições de 2022, o que ainda não foi feito. Para a magistrada, a Assembleia "acatou apenas em parte" a decisão, ao declarar a vacância do cargo, mas não recompor a composição da Casa.

"A cronologia a ser observada (...) é inequívoca: primeiro retotalizar os votos (...) e então deflagrar o processo eleitoral", escreveu.

A decisão aponta que a antecipação da eleição pode con-

gurar desvio de finalidade, pois a Assembleia convocou o pleito sem observar a decisão judicial.

Outro ponto citado é o descumprimento de regras internas do Legislativo. A magistrada destacou que a convocação da sessão ocorreu sem o intervalo mínimo de 48 horas previsto no regimento, o que, segundo ela, compromete a transparência e a igualdade entre os integrantes da Casa.

A decisão reabre a disputa pelo comando da Assembleia e mantém indefinida a sucessão do governo estadual. A eleição definiria o primeiro na linha sucessória, o que dá dimensão política ao caso.

Desde segunda-feira (23), o Rio é governado interinamente pelo presidente do TJ-RJ, desembargador Ricardo Couto, após a renú-

A desintegração da linha sucessória no RJ

Virou governador
Não virou governador



Cláudio Castro
(governador)
Renunciou em 23.mar



Thiago Pampolha
(vice-governador)
Renunciou em mai.2025 para uma vaga no TCE



Rodrigo Bacellar
(presidente da Alerj)
Afastado do cargo em dez.2025 por decisão de Alexandre de Moraes



Guilherme Delaroli
(presidente interino da Alerj)
Não pode assumir por não ser o titular do cargo



Ricardo Couto
(presidente do TJ-RJ)
Assumiu em 24.mar



Novo presidente da Alerj
Será eleito em até cinco sessões e assumirá também o governo



Governador-tampão
Será eleito até o fim de abril

cia do ex-governador do estado Cláudio Castro (PL).

Bacellar teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral por seis votos a um, no mesmo julgamento que também atingiu Cláudio Castro, no caso Ceperj.

O vice, Thiago Pampolha, já havia deixado o posto em 2025 para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do Estado.

Com a eleição, Ruas passaria a ser o primeiro na linha sucessória do governo estadual, o que pode levar a uma nova mudança no comando do Palácio Guanabara.

A realização da eleição ignorou o alerta do próprio governador interino, que sugeriu cautela e argumentou que a definição dos novos deputados estaduais poderia impactar o processo.

O Estado de São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Macho alfa, fêmea beta, ser humano

Sabrina Klein

Um recente feminicídio chamou a atenção pelos termos zootécnicos que o agressor utilizou para se referir a si mesmo: "macho alfa". O mesmo homem classificou a esposa como "fêmea beta" e inferiu a ela o comportamento que, segundo ele, seria inerente a tal categoria, a submissão. Na audiência de custódia, ele invocou sua taxa de testosterona, alegando que níveis elevados lhe imporiam atividade sexual, como se estivesse submetido a um determinismo biológico. Por outro lado, tal leitura foi transposta a um termo técnico utilizado para denominar a conduta de homens que se excitam uns com outros para o estupro coletivo: comportamento de manada.

Esse discurso dialoga com a percepção de masculinidade de muitos homens. A ideia de que há um "comportamento de macho" – dominante, viril, incontrolável – é naturalizada, associada ao mundo animal, do qual o ser humano faz parte. Mas tais argumentos são pseudocientíficos.

Manada é coletivo de elefantes, búfalos, bois, zebras. Esses

animais se unem em situações de fuga de predadores, ou de sobrevivência. Vincular tal palavra a homens estupradores é insustentável. Juristas concordam que tal termo confere ao comportamento de criminosos um amparo na natureza animal, no âmago primitivo do *Homo sapiens*.

Todavia, é preciso que as patologias sociais humanas sejam diferenciadas de animais que vivem dentro de sistemas organizados com pleno respeito biológico às fêmeas, seja em contextos reprodutivos ou em sua organização social.

A zootecnia é a área do conhecimento que mais profundamente compreende o comportamento reprodutivo de machos e fêmeas. A cadeia de produção de carne depende desse conhecimento. No ambiente rural, identificar o cio de uma vaca é condição para o sucesso da inseminação. O cio é o período em que a fêmea aceita a monta. Dura poucas horas e, fora dele, ela rejeita o touro, que não se impõe. O mesmo padrão se observa em cavalos, ovelhas, cabras e porcos. O comportamento da fêmea determina o momento da cópula. O macho responde a

Tentativa de atribuir à natureza comportamentos humanos como estupro coletivo, pedofilia ou feminicídio não encontra respaldo nos padrões observados no reino animal

esse limite, independentemente de idade ou taxa hormonal.

Entre animais selvagens, amplamente documentados por pesquisadores, a lógica se mantém. No caso da onça-pintada (*Panthera onca*), espécie nativa do Brasil, é a fêmea que sinaliza receptividade ao macho. Entre aves, os rituais da dança do acasalamento são

elaborados, e a decisão do parceiro e do coito cabe à fêmea. Nos bonobos (*Pan paniscus*), primatas da Bacia do Congo, a organização social é matriarcal, baseada em alianças entre fêmeas. Nos javalis (*Sus scrofa*), a estrutura social também é matriarcal: as fêmeas mais experientes lideram grupos de 20 a 50 indivíduos. Em baleias, a dinâmica é semelhante: as fêmeas permanecem com os filhotes por longos períodos, enquanto os machos atuam como acompanhantes periféricos.

Predador e presa são conceitos ecológicos, ligados à cadeia alimentar. Não envolvem perversidade, intenção ou desvio. Uma onça caça porque seu sistema digestório exige carne fresca. Um urubu consome matéria em decomposição porque é adaptado a isso. Uma cobra pequena possui peçonha; uma sucuri, força muscular. Cada característica responde a uma função biológica específica.

As câmeras estão em todos os ambientes – savanas, florestas, oceanos – e os registros mostram, de forma consistente, que o ciclo da fêmea é determinante. Portanto, a transposição de categorias como "macho", "fêmea", "alfa" ou "beta" para o comportamento humano serve como distorção deliberada para justificar condutas que pertencem exclusivamente ao *Homo sapiens*.

A lógica sexual no reino animal está orientada pela perpetuação das espécies. As fêmeas suportam o maior custo biológico dessa função, pois a elas cabem a gestação, a lactação e,

em muitas espécies, o treinamento das crias para comportamentos de sobrevivência. A cópula está associada ao ciclo hormonal da fêmea, ou seja, ao momento em que ela fica fértil e entra no cio. Em vacas, esse período ocorre a cada 21 dias. Em espécies selvagens, como a onça, o ciclo pode ocorrer a cada 40 dias; em javalis, a cada 21 dias.

Diante do custo biológico elevado, a fêmea, via de regra, seleciona o parceiro, ou os machos disputam entre si para demonstrar aptidão reprodutiva. O macho não se impõe fora do contexto.

Não se observa, na natureza, organização sistemática de machos para atacar sexualmente uma fêmea. Não há padrão de comportamento baseado em posse, ciúme ou eliminação deliberada de fêmeas, por serem fêmeas. Tampouco há qualquer semelhança com a sexualidade de machos adultos se impondo sobre indivíduos imaturos. Portanto, a tentativa de atribuir à natureza comportamentos humanos como estupro coletivo, pedofilia ou feminicídio não encontra respaldo nos padrões observados no reino animal.

Se a ideia é comparar pessoas aos animais, que isso seja feito de forma coerente com o que se conhece sobre o reino animal. Quando um homem se classifica como macho, ele deve procurar entender o que significa tal papel na natureza. E, por ser homem, buscar ser melhor. ●

ENGENHEIRA AGRÔNOMA, MESTRE EM ZOOTECNIA
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

O Estado de São Paulo

O Supremo debochou do Brasil



Se a intenção dos ministros do STF era arrefecer o mal-estar da sociedade, o novo teto remuneratório para o Poder Judiciário e o Ministério Público só corroeu ainda mais a credibilidade da Corte

A um só tempo, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) conseguiu a proeza de parir uma aberração jurídica e ofender a inteligência alheia numa única sessão. Anteontem, Suas Excelências validaram, sob nova roupagem, os chamados penduricalhos, vedados expressamente pela Constituição. Ao extinguir alguns desses privilégios e preservar outros tantos, fixando-lhes um limite de 35% do subsídio pago aos ministros da Corte, o STF criou um novo teto remuneratório à margem do Congresso. Para piorar, um teto que,

na prática, só beneficia as castas do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Espremendo-se os votos supostamente virtuosos em defesa da moralidade pública e do erário, o que sai é o Supremo dizendo à Nação, de forma inequívoca, que há uma Constituição válida para a esmagadora maioria dos cidadãos e outra, bem mais generosa, à qual estão submetidos magistrados, procuradores e promotores.

O art. 37, inciso XI, da Lei Maior estabelece, em português cristalino, que nenhuma remuneração no serviço público pode ultrapassar o salário bruto dos mi-

nistros do STF. Hoje, isso corresponde a R\$ 46.366,19. Não há margem para acrobacias semânticas nem para a multiplicação de pagamentos adicionais que, embora travestidos de "indenizatórios", funcionam, a bem da verdade, como clara burla do limite constitucional.

A esse novo teto "extraoficial", digamos assim, que conviverá com o teto constitucional até que o Congresso edite uma lei definindo que verbas podem ser classificadas como indenizatórias, o Supremo deu o nome de "regime de transição". Ora, não se negocia uma inconstitucionalidade flagrante. Não se transige com privilégios que afrontam a própria ideia de República.

Posse mais cioso de seu papel no Estado Democrático de Direito, o Supremo teria extinguido todo e qualquer penduricalho, de forma que nenhum servidor público no Brasil pudesse receber mensalmente mais do que R\$ 46,4 mil. E os que não ficarem contentes com esse patamar de remuneração, que peçam exoneração e busquem condições melhores na iniciativa privada. É tão simples quanto isso.

Mas, ao estabelecer parâmetros arbitrários e autorizar pagamentos fora do texto constitucional, o STF não apenas usurpou uma prerrogativa do Poder Legislativo, como o condicionou. Se o Congresso nada fizer, a elite de servidores do Poder Judiciário e do *parquet* continuará a receber suas benesses – talvez um pouco menores em valores, mas igualmente imorais e inconstitucionais – como se nada de errado houvesse. Mais bem dito: além de legislar, o STF criou um fato consumado, qual seja, um modelo de remuneração *sui generis* que relativiza o teto constitucional e normaliza a exceção.

A alegação de economia para o erário chega às raias do deboche. Não se economiza ao validar pagamentos inconstitucionais que nem sequer devem ser realizados. Se determinadas verbas indenizatórias violam o teto, têm de ser eliminadas, não limitadas. Ao estabelecer um percentual aceitável de penduricalhos, o Supremo ignorou deliberadamente que o problema não está nos excessos, mas na própria existência desses privilégios.

Se a afronta ao texto constitucional por seu maior guardião já é perturbadora, o desdém do STF pela realidade da esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros, que nem sonha com férias de dois meses anualmente, é ofensivo. Cidadãos comuns não dispõem de expedientes corporativistas para engordar seus holerites. Já no topo do funcionalismo público, consolida-se um sistema paralelo, no qual o teto só existe como referência formal, contornado por uma infame arquitetura de vantagens.

Não é improvável que os ministros do STF acreditem piamente que a decisão irá arrefecer o mal-estar da sociedade diante dos abusos e mau comportamento de alguns deles. O efeito, porém, é diametralmente oposto: a corrosão ainda maior da credibilidade da Corte, vista como uma ermida para o corporativismo.

É preciso afirmar sem rodeios: o teto constitucional não comporta puxadinhos. É o limite absoluto para a remuneração do funcionalismo público. Que isso não tenha sido declarado pelo Supremo com todo o vigor que a questão exige é uma submissão inaceitável do melhor interesse público ao patrimonialismo e ao espírito de corpo. ●

Estado de São Paulo

Do mundo ao Master, a crise em ano eleitoral

Fernando Gabeira

As investigações sobre o Banco Master não devem acabar com a delação de Daniel Vercaro. Elas continuarão sob o escrutínio de forças poderosas que querem anulá-la. Nessa lógica, causa apreensão o confronto entre o ministro André Mendonça e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em torno da prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A Comissão ficou duas semanas sem ouvir ninguém, achou que poderia convocar a ex-noiva de Vercaro, Martha Graeff, em Miami, um sonho impossível, e decidiu continuar seu trabalho além do prazo. Em princípio, com todas as assinaturas necessárias, o adiamento seria burocrático. Mas Davi Alcolumbre precisava concordar e se há algo que não quer ver pela frente, é a CPMI funcionando.

Os deputados e senadores decidiram recorrer a André Mendonça e involuntariamente abrem mais um flanco na solidez do trabalho do ministro. O tema será discutido no plenário do STF, onde as condições não são favoráveis a Mendonça. Independentemente do resultado, é uma ex-

posição desnecessária. Talvez tenha vindo também da CPMI uma outra atitude que enfraqueceu o trabalho sobre o Banco Master: a divulgação dos diálogos íntimos de Vercaro. Um dos observadores mais severos dessas investigações é o ministro Gilmar Mendes. Ele considerou a divulgação dos diálogos uma barbárie institucional. Num outro momento, Gilmar Mendes criticou André Mendonça. Apesar de concordar com a prisão de Vercaro, Gilmar discordou da argumentação de Mendonça para justificá-la.

O caminho para investigar o Master não é tranquilo no Supremo. Dois ministros, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, estão envolvidos. O próprio Gilmar fez malabarismos jurídicos para evitar a quebra do sigilo da Maridt, empresa de Dias Toffoli, e também a quebra de sigilo do Fundo Arleen, que comprou parte do resort de Toffoli.

Tudo isso indica que o caso Master terá mais dificuldades do que a própria Lava Jato, fulminada pelo Supremo. As dificuldades institucionais não param aí. A Procuradoria-Geral da República não parece muito empolgada. Relutou em decretar a prisão preventiva de Vercaro, pois não a considerava urgente. Pior ainda: infor-

É praticamente impossível falar em posições nacionais ou em algum tipo de consenso que nos faça sentir menos o impacto da crise internacional

mada de que Vercaro estava tendo acesso a dados confidenciais da instituição, nada fez para reprimi-lo.

No Tribunal de Contas, o quadro não é menos desolador. Um ministro chamado Jhonatan Jesus, oriundo do Centrão na Câmara, suspeitou que o Banco Central foi precipitado em liquidar o Master. Até hoje, ele suspeita, apesar do relatório dos próprios técnicos do tribunal. Está apenas jogando em sintonia com seus pares do Centrão que queriam aprovar um projeto para demitir funcionários do Banco Central. Algo puramente intimidatório. Ou mesmo o senador Ciro Nogueira, que apresentou

uma emenda elevando de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos para pessoas lesadas por bancos falidos como o Master.

Todo esse processo segue com a grande expectativa em torno de delação de Vercaro. Mas uma delação nunca é tudo. Novas investigações precisam ser feitas, outras, concluídas. O trabalho vai desembocar no período eleitoral, num país ainda polarizado.

Se fosse apenas isso, já estaríamos numa situação complicada. Num mundo estranho, liderado por um homem tão imaturo quanto Trump, restam poucas esperanças. Ele assumiu prometendo acabar com guerras, tentou ganhar o Prêmio Nobel, contentou-se, finalmente, com um prêmio da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e partiu para uma guerra sem sentido, uma vez que os objetivos não são claros. O Irã já tinha perdido anos de trabalho nuclear com os bombardeios de junho, o Hezbollah estava em retirada e não havia no horizonte ameaça contra os Estados Unidos. A ideia de que o povo iraniano, massacrado pelo regime, iria para as ruas tomar o poder é muito ingênua.

De qualquer forma, a guerra que já se prolonga por quatro

semanas e traz prejuízos para todos. Alguns países, como a Eslovênia, já estão racionando a gasolina. No Brasil, temos um aumento no preço do diesel, que leva o governo a planejar um subsídio de R\$ 1,20 por litro para evitar também uma inflação de alimentos – que é ruim para todos, principalmente para quem disputa eleições. O ideal seria uma avaliação mais completa da conjuntura internacional para avaliarmos como navegaremos na crise. Mas estamos num estado de paixão que impede esse distanciamento. Avançamos como se o mundo não existisse ou fosse um espaço previsível com desequilibrados como Donald Trump dando as cartas.

Será um ano complicado no Brasil. Nesse contexto, é praticamente impossível falar em posições nacionais ou em algum tipo de consenso que nos faça sentir menos o impacto da crise internacional. Mesmo porque, com todo o desequilíbrio, há quem ainda acredite nos projetos de Trump. Houve até quem achou razoável aquele absurdo tarifaço, que o próprio contrapeso institucional anulou. Possivelmente, ache a guerra contra o Irã uma boa ideia, apesar desses resultados negativos. ●

JORNALISTA

Estado de São Paulo

**Raquel Landim**

Instagram @raquellandimjornalista

CPIs tentam expor o STF, que dá o troco

Prevaleceu o espírito de corpo.

Independentemente das teses jurídicas defendidas, o que se viu no plenário do Supremo Tribunal Federal ontem foi uma irritação dos ministros com parlamentares que comandam Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Nas últimas semanas, as CPIs vêm fustigando o tribunal, com vazamentos de informações à imprensa e pedidos de quebra de sigilo. Os ministros viram no pedido de liminar para a prorrogação da CPI do INSS a oportunidade de dar o troco.

Foram oito votos a dois contra a prorrogação. Com a exce-

ção do relator André Mendonça, que concedeu a liminar, e do ministro Luiz Fux, todos os demais votaram contra.

Coube ao decano Gilmar Mendes as críticas mais duras e diretas. "O problema maior é a falta total de escrúpulo, porque se divulgam dados confiados exatamente na certeza da impunidade. Foi o que ocorreu agora. Pessoas adultas já velhas, com mais de 60 anos, entrando na sala da CPI com óculos para depois ficar contando coisas. Isso é indigno para o Parlamento."

Ele se referia a vazamentos da CPI do INSS, cujos servidores efetivamente descumprem a lei. Teve muita fofoca circulan-

do por aí sobre a vida do ex-banqueiro Daniel Vercaro, mas também saíram de lá muitas informações de interesse público.

Comissões vêm fustigando a Corte, com vazamentos de informações e pedidos de quebra de sigilo

Foi graças ao trabalho da imprensa que se soube das conversas entre o ministro Alexandre de Moraes e Vercaro no dia em que o banqueiro foi preso — diálogos ainda não explicados pelo ministro.

A CPI do Crime Organizado também está nos calcanhares do Supremo com pedidos de quebra de sigilo da Maridt, que pertence ao ministro Dias Toffi, e do fundo Arleen. O fundo Arleen, do ecossistema de Vercaro, comprou a participação da Maridt num resort de luxo no Paraná. Ambos os pedidos foram derrubados por Gilmar.

Para negar a prorrogação da CPI do INSS, os ministros criaram jurisprudência diferente entre abrir CPIs e prorrogar CPIs. Nas palavras de Moraes, abrir CPIs seria direito da minoria, já prorrogar CPIs fica nas mãos da maioria. E o prazo de duração da comissão deve ser seguido.

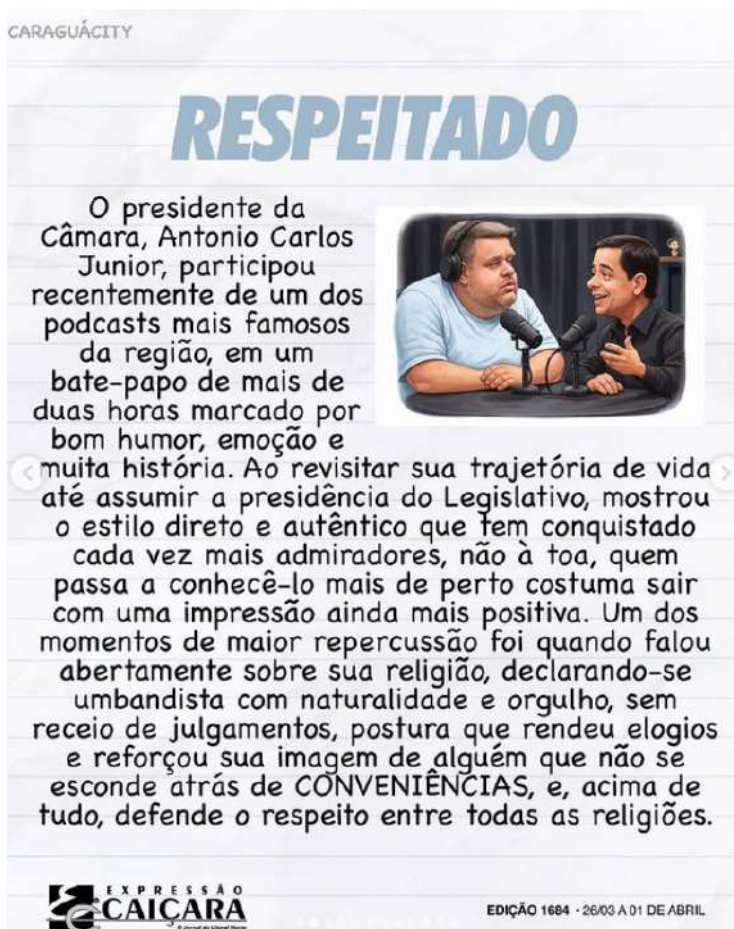
Davi Alcolumbre, portanto, pode continuar quieto e simplesmente não ler o pedido da prorrogação da CPI do INSS, o que significa que os trabalhos se encerram amanhã.

Caberá à Polícia Federal esclarecer os descontos indevidos nas contas dos aposentados e, principalmente, as ligações entre Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, com o Careca do INSS.

Irritado com o comportamento dos parlamentares, o Supremo comprou o desgaste junto à opinião pública. Quem respira aliviado, por enquanto, é o Palácio do Planalto. ●

JORNALISTA E AUTORA DO LIVRO "WHY NOT"

Veículo
Jornal Expressão Caiçara



 Confira o que está rolando nos bastidores das cidades
nesta edição 1684 

O presidente da câmara, Antônio Carlos Júnior participou recentemente de um dos podcasts mais famosos da região.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículos

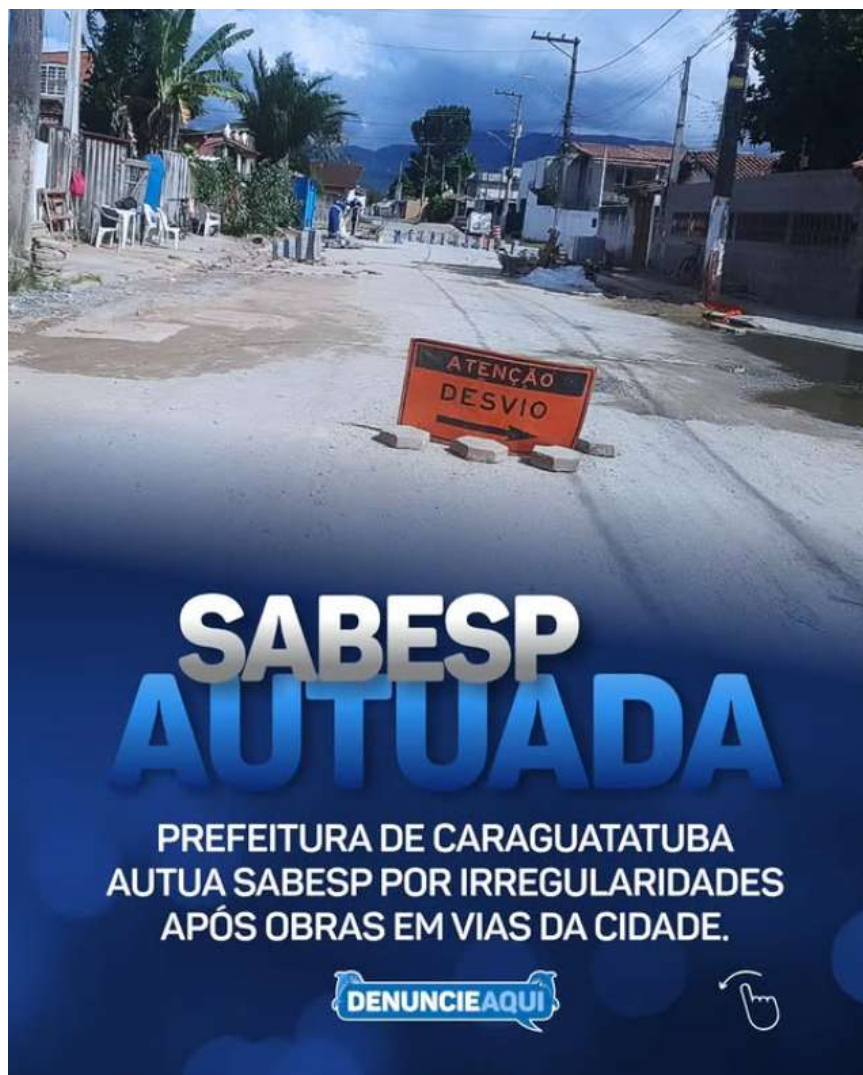
Diário Caiçara

Notícias do Litoral Norte

Denuncie Aqui

Boca no Trombone

Portal Notícias do Litoral



Caraguatatuba multa Sabesp por falhas na recomposição de ruas após obras

A Prefeitura de Caraguatatuba já aplicou 138 autuações contra a Sabesp por irregularidades na recomposição do pavimento em vias que passaram por escavações para implantação ou ampliação de rede.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral



PAT DE CARAGUATATUBA TEM MAIS DE 230 VAGAS DE EMPREGO ATÉ ESTA SEXTA-FEIRA

Os interessados devem comparecer com RG, CPF e o currículo atualizado. O PAT no Sumaré fica aberto até às 16 horas e o CATE no Travessão tem atendimento ao público até às 14 horas.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral



Prefeitura de Caraguatatuba impede tentativa de invasão de área pública no Jardim Itaúna

A Secretaria de Serviços Públicos da Prefeitura de Caraguatatuba coibiu nesta quinta-feira (26), uma tentativa de invasão de área pública na Travessa Pedro Marques de Macedo, no Jardim Itaúna, na região do Tinga. A equipe da secretaria detectou que o terreno de propriedade do município foi irregularmente cercado durante a limpeza periódica do bairro na última quarta-feira (25).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Tamoios News

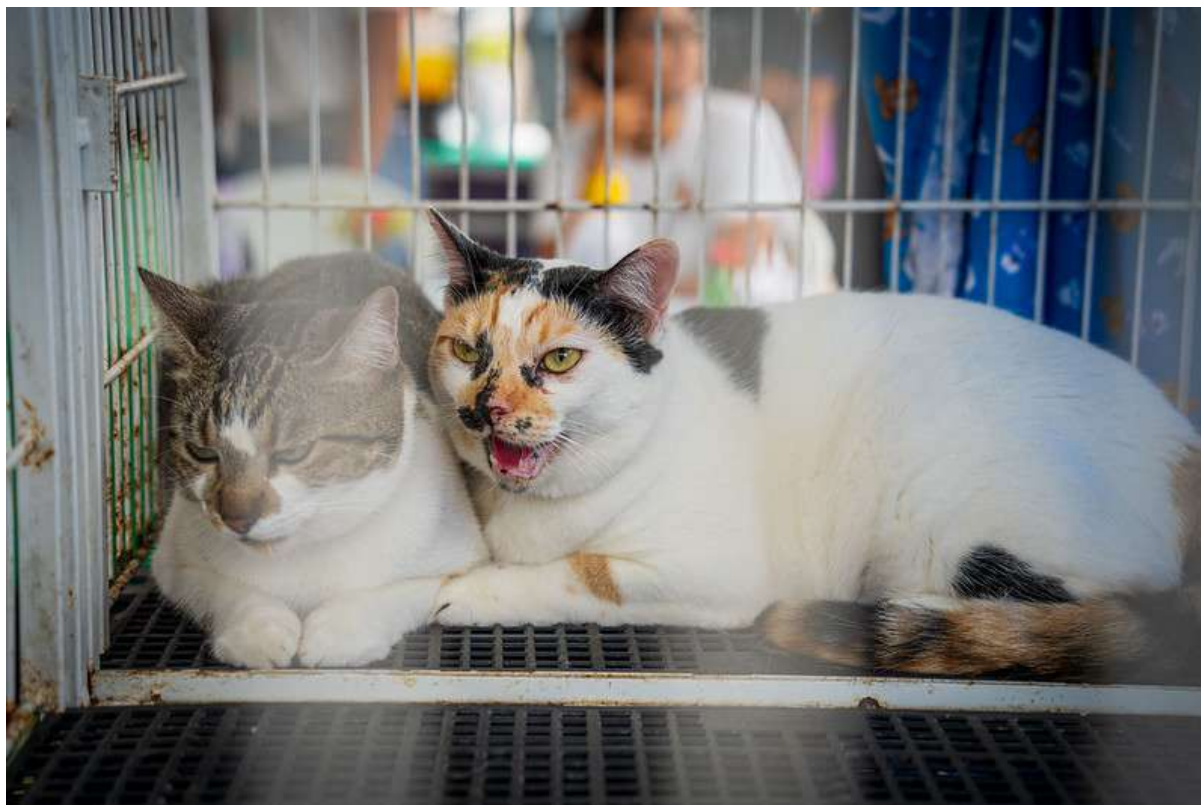


Serramar Shopping promove arrecadação de caixas de bombom em ação solidária de Páscoa

O Serramar Shopping realiza, neste período de Páscoa, uma ação solidária em parceria com o projeto We Care, ação social da Igreja Lagoinha. A iniciativa tem como objetivo arrecadar caixas de bombom que serão destinadas a crianças e famílias de comunidades da cidade, levando mais carinho, esperança e alegria nesta data significativa.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Tamoios News



CCZ de Caraguatatuba promove feira de adoção de cães e gatos neste sábado

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Caraguatatuba promove a tradicional feira de adoção de cães e gatos neste sábado (28), das 9h às 13h, com cerca de 30 animais disponíveis à espera de um lar.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal Expressão Caiçara



Voo livre entra em pauta após denúncias em Caraguatatuba

O Clube de Voo Caiçara (CLVC) decidiu manter suspensos os voos duplos comerciais após denúncias encaminhadas ao Ministério Público. A medida é preventiva e segue até o fim das apurações.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

O Vale
Rock News



Mais de 100 presos não retornam após a saidinha no Vale

Cento e trinta presos beneficiados com a saída temporária não retornaram às unidades prisionais na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte na última semana, de acordo com levantamento divulgado da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) de São Paulo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo



Litoral Norte: 10 praias são consideradas impróprias para banho, aponta Cetesb

O Litoral Norte de São Paulo tem 10 praias classificadas como impróprias para banho, de acordo com o relatório mais recente da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

O levantamento foi atualizado nesta quinta-feira (26) e a próxima divulgação está prevista para o dia 2 de abril.

Leia a matéria completa [aqui](#).



Dia D de vacinação contra influenza mobiliza unidades de saúde neste sábado em Caraguatatuba

A Prefeitura de Caraguatatuba promove o 'Dia D' da campanha de vacinação contra a Influenza no sábado (28/3), das 8h às 17h, em oito Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A ação marca o início da imunização no município, voltada aos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde. A população em geral ainda não está contemplada nesta etapa.

A partir de segunda-feira (30), a vacinação será ampliada para todas as UBS, das 7h30 às 16h30, exceto na unidade da Tabatinga.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Agora Vale



Santuário Diocesano de Santo Antônio divulga programação da Semana Santa em Caraguatatuba

Fiéis de Caraguatatuba já podem se preparar para a Semana Santa. O Santuário Diocesano de Santo Antônio divulgou a programação oficial das celebrações, que começam no dia 29 de março, com o Domingo de Ramos, e seguem até o Domingo de Páscoa, em 5 de abril.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Esporte e Turismo

Veículo
Diário Caiçara



Caraguá Run movimentada cidade neste domingo (29) e reforça benefícios da corrida para saúde e bem-estar

A Caraguá Run 2026 será realizada neste domingo (29/03), em Caraguatatuba, reunindo atletas e praticantes de corrida em percursos de 5 km e 10 km, com largada às 6h na Praça de Eventos do Porto Novo.

Leia a matéria completa [aqui](#)

Veículos
Diário Caiçara
Tamoios News



Caraguatatuba recebe Copa Caiçara de Jiu-Jitsu com disputas abertas neste domingo (29)

Caraguatatuba será palco, neste domingo (29/03), da 21ª edição da Copa Caiçara de Jiu-Jitsu, evento que deve reunir atletas de todo o Litoral Norte e região em uma das competições mais tradicionais da modalidade.

Leia a matéria completa [aqui](#)

Veículos

Notícias do Litoral Norte
Jornal Agora Litoral Norte
Radar Litoral
Portal Notícias do Litoral



Navegar Experience retorna com esportes náuticos, música e experiências à beira-mar

A 9ª edição do Navegar Experience acontece neste domingo (29), em Caraguatuba, reunindo esporte, lazer, cultura e gastronomia em uma programação gratuita voltada a toda a família.

Leia a matéria completa [aqui](#)

Veículos

Notícias do Litoral Norte

Portal Notícias do Litoral



Camaroeiro recebe fim de semana com food trucks, música e atrações culturais em Caraguatatuba

O Complexo Turístico do Camaroeiro será novamente palco de um fim de semana movimentado, com programação que reúne gastronomia, música ao vivo e entretenimento para todas as idades.

Leia a matéria completa [aqui](#)

Cultura

Veículo

TV Câmara de Caraguatatuba



AGENDA CULTURAL DA SEMANA: 26 A 29 DE MARÇO.

Está no ar mais uma edição da "Agenda Cultural", com a programação para o seu fim de semana! 😎😁

Prepare o papel e a caneta e escolha seu próximo passeio aqui em Caraguatatuba!

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
Pronto Falei



Começo de semana violento em Caraguatatuba

Durante a madrugada desta Sexta feira (27), uma pessoa foi baleada no bairro Getuba, em Caraguatatuba. O caso aconteceu por volta das 2h e assustou moradores da região.

Leia a matéria completa [aqui](#)

Veículo
Rock News



Uma pessoa morreu após ser baleada durante a madrugada desta sexta-feira (27), no bairro Getuba, em Caraguatatuba.

De acordo com informações, o crime ocorreu por volta de 01h38. Testemunhas relataram que uma motocicleta com dois ocupantes passou pelo local e efetuou disparos contra a vítima.

Leia a matéria completa [aqui](#)

Reportagem de Hoje

27.03.2026

Reportagem com Flávia Teles, apoio pedagógico da secretaria de educação.

Pauta: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTA COM PROJETO BIMESTRAL DE PREVENÇÃO AO BULLYING



Assista a reportagem completa [aqui](#)

Reportagem Passada

25.03.2026

Reportagem com a empresária, Priscilia Queiroz, para TV Câmara.

Pauta: CARAGUATATUBA RECEBE IMERSÃO “MULHERES DECIDIDAS – ELAS SÃO DIGITAIS” E FORTALECE O EMPREENDEDORISMO



Assista a reportagem completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

11.12.2025

Reportagem na TV Câmara.

Pauta: FORÇAS DE SEGURANÇA LANÇAM OPERAÇÃO VERÃO NA PRÓXIMA SEMANA



Assista à reportagem completa [aqui](#)